INSTITUTO ECOLÓGICA

Veículo: Jornal O Globo
Data de Veiculação: 07|10|2007
Repórter: Liana Melo
Página: 33
Editoria: Economia

Domingo, 7 de outubro de 2007
O GLOBO
ECONOMIA

MONITORANDO A FLORESTA

Amazônia nacionalizada

Governo busca verba para assumir 100% de projeto científico que tem dinheiro da Nasa

Liana Melo*

Enviada especial • PALMAS, Tocantins

O governo decidiu nacionalizar um projeto na Amazônia que tem verba da Nasa (a agência espacial americana) e é o maior programa de cooperação científica do mundo na área ambiental. O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA, da sigla em inglês), que completa dez anos em 2008, envolve cerca de dois mil pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Muitas vezes acusado de ferir a soberania nacional, o LBA passará a contar exclusivamente com recursos brasileiros — e o governo está atrás de financiamento, pois tem pouco mais de um terço do necessário. A Nasa, que financiou 15 torres de observação espalhadas atualmente pelas regiões Norte e Centro-Oeste, é, hoje, o principal parceiro financeiro. Em Tocantins, as pesquisas já influenciaram a economia local: o setor de cerâmica começa a promover uma mudança na sua matriz energética.

Além da nacionalização, o Brasil vai criar uma convergência entre todos os projetos científicos desenvolvidos na região amazônica, o que inclui o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A decisão foi tomada na quarta-feira, numa reunião liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ficou acertado também que o novo projeto — que informalmente já vem sendo chamado de Programa Amazônia — vai abranger todas as áreas de pesquisa científica, e não apenas as de base ambiental. Falta decidir a que ministério ficará subordinado.

— Gostaríamos que ele ficasse no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Mas admito que, pela abrangência e importância do programa, será necessário negociar com todas as pastas, inclusive com a Casa Civil e o Ministério da Defesa — admitiu o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT, Luiz Antonio de Castro.

DARIUSZ KURZATKOWSKI confere periodicamente os dados coletados a cada dez segu

Governo precisa de R$ 10 milhões anuais

• O secretário está convencido de que a sinergia entre os projetos na Amazônia é fundamental e urgente, até porque alguns deles são considerados conflitantes, enquanto outros são vistos como redundantes. Castro fez questão de frisar que a nacionalização do LBA não foi uma decisão motivada por qualquer movimento em defesa da soberania nacional. Ele admitiu que, em muitas ocasiões, esse questionamento ocorreu sim, até porque a Nasa chegou a ser intransigente em muitas negociações. Só que preferiu não entrar em detalhes.

— A neurose da soberania ficou totalmente sem sentido no mundo de hoje — comentou o secretário, informando que, recentemente, recebeu imagens da Amazônia, tiradas pelo satélite da China, em altíssima resolução.

Cálculos preliminares dão conta de que a Nasa já teria investido cerca de US$ 60 milhões no LBA, dos US$ 100 milhões consumidos desde o nascimento do projeto, em 1998. O LBA é fruto de acordos internacionais de cooperação científica — tem também investidores europeus — e está sob a responsabilidade do MCT e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). Cabe ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) gerir seu banco de dados.

Ao nacionalizar o LBA, o governo será obrigado a investir R$ 10 milhões por ano — mas conta apenas com R$ 3,6 milhões. Além de recursos do próprio Plano Plurianual (PPA), pretende lançar mão do suporte financeiro de alguns fundos setoriais, que têm dinheiro da iniciativa privada. As negociações já começaram. O Fundo Setorial do Agronegócio foi o primeiro a ser abordado, e o próximo alvo será o Fundo Setorial de Biotecnologia.

Já está decidido que todos os ativos do LBA, como as torres da Nasa e os equipamentos, serão absorvidos pelo governo. A maior preocupação é dar uma aplicação prática aos resultados das pesquisas.

— Muitos dos dados que embasaram os relatórios do Painel Intergovernamental em Mudança do Clima (IPCC) levaram em consideração as conclusões de algumas pesquisas feitas pelo LBA — comenta o coordenador do programa, Antonio Manzi.

Mas, afinal, para que serve o LBA? As imagens captadas pelas torres ajudam a explicar, por exemplo, como a mudança no uso da terra, as queimadas e a expansão da fronteira agrícola vêm afetando o clima regional e global. E como as mudanças climáticas globais, por sua vez, afetam a sobrevivência da floresta e de outros ecossistemas, como o cerrado e o pantanal.

Entre as muitas descobertas feitas pelos pesquisadores, está o fato de a capacidade de resistência da Amazônia à seca ser bem maior do que se supunha. Essa conclusão contradiz, em parte, a tese recorrente de que, se parasse de chover por um tempo prolongado, o efeito sobre a floresta seria imediato.

Isso não significa, no entanto, que a iminência de "savanização" de algumas regiões da Amazônia — o que já foi alertado pelo IPCC — esteja totalmente descartada. O risco existe, mas a floresta tem condições de reagir a pelo menos um ano de seca. O resultado da pesquisa foi publicado na revista "Science".

Onde estão as torres

Márcia Foletto

gundos pela torre, na ilha do Bananal (TO)

Nasa monitora reações da floresta

• Foi do alto de uma torre de 42 metros de altura, fincada na ilha do Bananal, em Tocantins, numa região onde convivem três ecossistemas — floresta tropical, cerrado e pantanal —, que os pesquisadores do LBA conseguiram chegar a essa conclusão, depois de observarem o comportamento da natureza. A ilha do Bananal, considerada a maior ilha flutuante do mundo, é uma das cinco áreas úmidas brasileiras protegidas pela Convenção de Ramsar, da Organização das Nações Unidas.

— Temos percebido que os eventos climáticos estão ficando cada vez mais intensos. Em 2006, choveu 1.500 milímetros durante todo o ano. Até setembro deste ano, já tínhamos detectado um índice pluviométrico de 1.700 milímetros — calcula o polonês Dariusz Kurzatkowski, que trabalha no Centro de Pesquisa Canguçu, um dos parceiros locais do LBA, em Tocantins.

Ele passa o dia embrenhado na floresta manejando equipamentos que medem desde a quantidade de carbono captada pelas folhas até a velocidade dos ventos, passando pela capacidade de absorção de água pelas raízes das árvores. Isso sem falar nas inúmeras vezes em que sobe e desce a torre para coletar os dados captados num raio de 200 metros quadrados. O levantamento de informações é feito a cada dez segundos. Todo esse material acumulado nestes dez anos já se constitui num dos maiores bancos de dados sobre Amazônia. ■

(*) *A repórter viajou a convite do Instituto Ecológica*

• CASCA DE ARROZ SUBSTITUI LENHA EM TOCANTINS, *na página 34*